

RECEP GM/MJ
02/08/96.2
81
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700
l-oo
da

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAL

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCUMBEN
DA DE BELEM, 108
Jurisdicão in...
ERIO LONGMAN
Esônab
ERGIO LONGMAN
da substitui
FATIMA VIEIRA
do substituid

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Distrito, Eneri...
Estado Pernambuco
PESSOAS NATURAIS
REGISTRO
Uma Zona Judiciaria, em virt
FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.

quele dia sido reconhecido oficialmente pelos órgãos de segurança e por familiares como sendo Aldo de Sá Brito Souza Neto. O comunicado oficial explicava que a afirmação anterior sobre a captura de Aldo, feita na coletiva de imprensa no DOPS, era apenas uma manobra de contra-informação dos órgãos de segurança, a primeira etapa de um plano organizado para levar pânico aos "homens do terror em liberdade".



RUBENS BEIRODT PAIVA (1929-1971)

Número do processo:

Filiação: Aracy Beirodt Paiva e Jaime de Almeida Paiva

Data e local de nascimento: 26/09/1929, Santos

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: 20/01/1971, Rio de Janeiro

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/1995

Paulista de Santos, engenheiro civil, empresário, Rubens Paiva tinha sido, em abril de 1964, vice-líder do PTB na Câmara dos Deputados, o mesmo partido político do presidente deposto. Teve seu mandato cassado imediatamente, conseguiu asilo na embaixada da Iugoslávia e viveu durante alguns anos no exílio. Desapareceu em janeiro de 1971. Não houve processo na CEDMP porque a família não requereu a indenização prevista, preferindo a via do Poder Judiciário para garantir a devida reparação.

Rubens Paiva era casado com Eunice Paiva, que integrou a CEMDP nos meses iniciais de suas atividades. Tiveram cinco filhos. Em 1982, Marcelo Rubens Paiva, o filho que se tornou escritor e que tinha 11 anos em 1971, emocionou o país ao relatar o grave acidente que o deixou paraplégico, evocando também suas memórias sobre o desaparecimento do pai, em *Feliz ano velho*, livro de grande sucesso entre a juventude, vencedor do Prêmio Jabuti e levado ao teatro e ao cinema.

Rubens formou-se engenheiro civil em 1954, na Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, em São Paulo, sendo escolhido orador da turma. Quando universitário, foi presidente do centro acadêmico de sua faculdade e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Também desenvolveu atividades jornalísticas.

Parlamentar muito ativo, defensor das bandeiras nacionalistas desde a luta pela criação da Petrobras, Rubens Paiva foi cassado pelo primeiro Ato Institucional como represália a sua corajosa participação na CPI do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que apurou o recebimento de dólares provenientes dos Estados Unidos por segmentos de direita, inclusive militares, que estariam envolvidos na geração do ambiente político favorável ao Golpe de Estado que terminou se consumando em abril de 1964.

Não sendo militante de qualquer organização clandestina de oposição ao regime ditatorial, voltou a se instalar em seu país, mantendo atividade empresarial regular e próspera. Há registros de que, em 1970, teria reunido documentação empresarial a respeito de corrupção em contratos para a construção da ponte Rio-Niterói, uma das obras que foram conduzidas como alta prioridade pelo regime militar, no período repressivo mais agudo.

No dia 20/01/1971, feriado de São Sebastião do Rio de Janeiro, depois de voltar da praia com duas filhas e receber telefonema de uma pessoa que dizia querer entregar-lhe correspondência do Chile, sua residência, no Leblon, foi invadida, vasculhada e ocupada por agentes dos órgãos de segurança. Rubens tratou de acalmar a todos e foi levado preso, tendo dirigido seu próprio carro até o Quartel da 3ª Zona Aérea, junto ao aeroporto Santos Dumont. Foi essa a última vez que a família o viu. No dia seguinte, sua mulher e Eliane, a filha de 15 anos, foram presas e levadas para o DOI-CODI/RJ, onde permaneceram sem poder se comunicar com Rubens, apesar de os agentes policiais confirmarem que ele se encontrava lá. Interrogadas várias vezes, Eliana foi libertada 24 horas depois e Eunice apenas no dia 2 de fevereiro. Ao ser solta, Eunice viu o carro de Rubens no pátio interno do quartel, que posteriormente lhe foi entregue sob recibo.

Relata Elio Gaspari em *A Ditadura Escancarada*:

"Levaram-no para uma sala e acarearam-no com duas senhoras (Cecília Viveiros de Castro e Marilena Corona). Os três foram obrigados a ficar de pé, com os braços levantados. Era um fio que começara a ser puxado pelos serviços de informação do governo dois dias antes, em Santiago do Chile. Elas haviam visitado os filhos, tomaram o avião de volta ao Rio e foram presas ao desembarcar. Na bagagem de uma delas acharam-se pelo menos duas cartas endereçadas a Rubens Paiva. Uma era de Almino Affonso. Outra vinha de Helena Bocayuva, filha do ex-deputado Luiz Fernando (Baby) Bocayuva Cunha. Militante do MR-8, ela fora fiadora da casa do Rio Comprido onde ficara o embaixador americano Charles Elbrick. Mesmo tendo sido identificada e fotografada durante o seqüestro, escapulira para o exílio. Rubens Paiva, amigo e sócio de seu pai, escondera-a no Rio.

Uma das senhoras sentiu se mal, Rubens Paiva amparou-a, foi golpeado por um oficial e respondeu com um palavrão. Surrado, ficou estendido no chão. Horas depois anunciaram que iam levá-lo para o Aparelhão. Era o DOI da Barão de Mesquita. No caminho ele reclamava de que não conseguia respirar, mas chegou consciente ao quartel da Polícia do Exército.(...)

Passava pouco de uma hora da madrugada do dia seguinte, quando Amílcar Lobo, aspirante-a-oficial e médico do DOI, foi acordado em casa e levado para o quartel. Subiu à carceragem do segundo andar e lá, numa das celas do fundo do corredor, encontrou um homem nu, deitado, com os olhos fechados. Tinha todo o corpo marcado de pancadas e o abdômen enrijecido, clássico sintoma de hemorragia interna. 'Rubens Paiva', murmurou duas vezes o preso, abrindo os olhos".

Para justificar o desaparecimento de Rubens, o Exército divulgou nota à imprensa informando que ele teria sido resgatado por terroristas quando era transportado pelos agentes do DOI-CODI, em 22/01/1971. Tentando dar credibilidade à fuga, as autoridades do Estado fizeram registros do suposto seqüestro na Delegacia Policial da Barra da Tijuca. Abriam sindicância para investigar e deliberadamente suspenderam a férrea censura que impunham a esse tipo de noticiário, convocando a imprensa para cobrir a investigação. Mas a história montada era completamente inverossímil. Pela primeira vez, o regime militar começou a ser pressionado publicamente a responder pelos assassinatos sob tortura.

Eunice Paiva recorreu ao STM, tendo negado o seu recurso. O caso foi também levado ao CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, mas o seu presidente, ministro da Justiça Alfredo Buzaid, desempatou a votação para indeferir o pedido de investigação.

A morte de Rubens Paiva também é referida no relatório feito por Inês Etienne Romeu, sobrevivente da "Casa da Morte", em Petrópolis. Ela relata que um de seus carcereiros, conhecido como "Dr. Pepe" contou-lhe que haviam cometido um erro ao matar Rubens Paiva. Trechos da reportagem de Márcio Bueno, publicada em Retratos do Brasil, 23 a 29 de março de 1987, com o título "*O caso Rubens Paiva, um homicídio executado e até hoje acobertado pelos setores militares*" recolhida do site www.desaparecidospoliticos.org.br, resgata os fatos com todos os seus detalhes.

Em 1985, foi solicitada a reabertura do inquérito pelo procurador geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves. Presidido pelo delegado Carlos Alberto Cardoso, o inquérito conduziu as investigações até concluir que Rubens Paiva fora morto nas dependências do Pelotão de Investigações Criminais/RJ. Quando chegou a este ponto, o encarregado julgou-se incompetente para prosseguir e remeteu o inquérito para a Justiça Militar.

O comandante militar da Região Leste, general Brum Negreiros, indicou o general Adriano Áureo Pinheiro para presidir o IPM. O general Adriano não pediu a indicação de um procurador para acompanhar as investigações, como é praxe nesses casos, cabendo a iniciativa ao próprio Leite Chaves, que indicou o procurador Paulo César de Siqueira Castro. Paulo César enfrentou inúmeras dificuldades para se desincumbir de sua missão, mas persistiu no esforço. O presidente do inquérito impediu que ele acompanhasse as investigações, recusou-se a ouvir as testemunhas indicadas e, por fim, ignorou o prazo de 40 dias que teria para concluir o IPM.

Diante de tantas barreiras, Paulo César começou a fazer investigações paralelas, justificando sua atitude com a falta de confiança quanto ao interesse do encarregado do IPM em realmente apurar os fatos. Chegou a cinco nomes indicados por Leite Chaves como responsáveis